

**O URBANO E A CIDADE EM SIMBOLOGIAS (HETERO)TÓPICAS:
argumentos para uma crítica sobre a patrimonializaçãoⁱ**

Gilvan Charles Cerqueira de Araújo
Doutorando de Geografia UNESP – Rio Claro/SP
gcca99@gmail.com

Resumo

O fenômeno da patrimonialização é uma realidade contemporânea. No entanto este processo possui em seu âmago muitas particularidades que envolvem, dentre outros aspectos, questões políticas, simbólicas e financeiras, que, juntas, contribuem para dar uma especificidade temática de inigualável proficuidade analítica no que tange a facticidade do patrimônio e sua processualística fenomênica no bojo dos recortes espaço-temporais que o subjazem. Neste sentido o presente trabalho buscará abarcar algumas destas complexas facetas que envolvem o cerne da patrimonialização, e, em especial sua relação com o saudosismo das formas pretéritas e a sublimação ao futurista, relação esta presente nas escolhas institucionais (internacionais, mercadológicas e ideológicas) que estabelecem o arbítrio da chancela de patrimônio a determinadas localidades em detrimento doutras tão importante culturalmente quanto estas primeiras. Espera-se com esta análise trazer para a discussão as maneiras pelas quais a busca por esta valoração dos monumentos patrimoniais afeta de forma fragmentária o indivíduo e a sociedade que habitam a cidade, que compõem enquanto inerente movimento dialético o presente, que acaba por sucumbir à tangente da patrimonialização.

Palavras-chave: Espaço Geográfico. Cidade. Urbanidade. Patrimonialização. Utopia.

**THE URBAN AND THE CITY IN (HETERO)TOPICALS SYMBOLOGIES:
arguments for a critique about the patrimonialization**

Abstract

The phenomena of the patrimonialization is a modern reality. Therefore this process has at its core many particulars surrounding, among them issues like political, financial and symbolic themes, that together contribute to give a specificity theme unmatched analytical usefulness regarding the facticity heritage and in your phenomenal processes in heart of space-temporal that underlie. Hence, this paper surch to cover some of these complex sides that involve the nucleus of the patrimonialization, in particular its relationship to the past longing and sublimation to the futuristic, and both cases (past and future) is present in the institutional choices (international markets and ideological) that establishing the agency's seal of certain kind of heritages at the expense of other places as culturally important as these first. The ways in which the quest for the valuation of this heritage monuments in a fragmentary individual and society they inhabit the city, while composing this inherent dialectic movement, which turns out to down besides of the patrimonialization.

Recebido em 14/04/2014 / Aprovado para publicação em 26/08/2015.

OBSERVATORIUM: Revista Eletrônica de Geografia, v.7, n.18, p. 67-93, set. 2015.

Keywords: Geographical Space. City. Urbanity. Patrimonialization. Utopia.

Introdução

A cidade e o ambiente urbano são sem sombra de dúvida uma das temáticas mais ricas do pensamento geográfico. Esta riqueza fica evidente quando se realiza uma visão analítica da questão da vida urbana, pois, para além dos limites da cidade se projeta o concreto e o abstrato, o político e o simbólico, a miséria e a opulência, o econômico e o cultural, enfim, mesclam-se num inefável miriágon de sentidos a complexidade individual e coletiva, materializando-se em diferentes formas, ações, pensamentos e situações.

Por sua importância enquanto circunscrição da conjunção destes elementos dialéticos, a cidade e o urbano sempre permearam o ideário do ser humano, pois em sendo o sítio de sua imanência una e múltipla a cidade acaba por conter uma infindável gama de elucubrações, planos, divagações, construções, destruições e reconstruções desta dialética do habitar e do co-habitar.

Durante séculos este ambiente, o urbano – e mais especificamente após o renascimento da cidade na Europa moderna – se configurou como um epicentro desta gana por sua transcendência, e, neste caso, se aplicam todas as teorias utópicas arcaicas e contemporâneas, que juntas formam uma contiguidade histórica de preocupação com o fenômeno urbano e suas imbricações para a vida do homem, com suas contradições, enfrentamentos, associações e reinvenções. E parafraseando Mumford (1998), questionamo-nos: “Existe ainda uma alternativa real a meio caminho entre Necrópolis e Utopia – a possibilidade de se construir um novo tipo de cidade que, livre das contradições interiores, enriquecerá e incentivará de maneira positiva o desenvolvimento humano?” (MUNFORD, 1998, p.9).

O objetivo do presente trabalho será esboçar uma análise de uma das facetas atuais de reificação do discurso utópico em relação à cidade em uma especificidade temática, a saber: o fenômeno da patrimonialização e o fato/objeto patrimônio neste interim. O patrimônio urbano na atualidade se configura não apenas na valorização em relação a ambientes do passado, mas também perpassa a elevação das formas futuristas como representantes desta totalidade, como é o caso das cidades e ambientes de alto grau de planejamento e investimento de capitais locais e internacionais para as concreções de verdadeiros colossos arquitetônicos de indescritível magnitude fôrmica e sîgnica, muitas vezes relegados a uma parcela restrita da população no que diz respeito ao seu uso e aproveitamento dentro da totalidade da vida

urbana cotidiana, numa verdadeira realização de *utopias urbanas socialmente seletivas* implícita ou explicitamente após a sua elevação de condição de patrimônio, já que sua lógica respeitando uma esfera estritamente econômica e mundial com critérios previamente estabelecidos calcados em interesses específicos (COSTA, 2010; 2011).

É de salutar importância destacar que não será possível abarcar toda a profundidade epistemológica e histórica desta temática, e por isto, o recorte aqui posto direcionará as discussões a um âmbito específico, ou seja, a relação da patrimonialização no interior da utopia urbana em novas vestes – não havendo desta maneira um aprofundamento na parcela da discussão a frente das questões envolvendo o patrimônio natural e/ou suas interpretações –, numa associação que comuta aspectos que vão das relações de poder, da valoração simbólica à tecnificação da produção das formas urbanas ou suas ressignificações para sua elevação enquanto patrimônio.

A cidade e o urbano, algumas conceituações

Quando falamos sobre os conceitos de cidade e urbano a literatura é vasta e caminha por diferentes áreas do conhecimento que fazem uso destes termos. Por isto faremos uma seleção específica de autores que tratam destes conceitos, priorizando a amplitude destas definições à discussão aqui proposta. Tendo esta premissa epistemológica esclarecida façamos inicialmente uma recapitulação do fundo teórico por trás dos conceitos de cidade e urbano, havendo no primeiro caso a relação com o ‘fato’ e no segundo com ‘fenômeno’. Vejamos então como podemos efetivar esta relação teórica e assim aprofundarmo-nos nos próprios conceitos de cidade e urbano.

Começemos pelo fenômeno, que segundo Maria Bellini (2000) tem em sua essência o seu caráter relacional e processual:

Nesta perspectiva, é necessário pensar relacionalmente para se aproximar do fenômeno. Este processo significa ruptura com formas de pensar ou com práticas que consideram o fenômeno como algo pronto, acabado e solitário. Para se capturar o real, a condição que se impõe é a captura do maior número de relações possíveis. Quanto mais possibilidades de interação e articulação, maior a visibilidade e menor o risco de se permanecer atrelado ao superficial de uma realidade. (BELLINI, 2000, p. 127).

Esta característica do fenômeno será utilizada amplamente pelas ciências sociais pelo fato de em sua essência estar contido um aspecto fundamental para o estudo do indivíduo e da sociedade, que é a questão da natureza multirelacional necessária a qualquer análise da totalidade fenomênica da realidade objetiva. Neste sentido é que o filósofo tcheco Karel Kosik (1976) nos trará uma continuidade argumentativa que acompanha esta definição do fenômeno presente no interior dos entes, num *movimento* do mostrar-se – significado etimológico grego do verbete *phenomena* –, em suma, abaixo observamos tal posicionamento do autor:

O mundo fenomênico, porém, não é algo independente e absoluto: os fenômenos se transformam em mundo fenomênico na relação com a essência. O fenômeno não é radicalmente diferente da essência, e a essência não é uma realidade pertencente a uma ordem diversa da do fenômeno. [...] Capitar o fenômeno de determinada coisa significa indagar e descrever como a coisa em si se manifesta naquele fenômeno, e como ao mesmo tempo nele se esconde. Compreender o fenômeno é *atingir* a essência. Sem o fenômeno, sem a sua manifestação e revelação, a essência seria inatingível. No mundo da pseudoconcreticidade o aspecto fenomênico da coisa, em que a coisa se manifesta e se esconde, é considerado como a essência mesma, e a diferença entre o fenômeno e a essência *desaparece*. (KOSIK, 1976, p. 12 – grifo do autor).

Na ciência geográfica quem melhor traduziu esta dupla característica do fenômeno – o fundo relacional e o movimento essencial – foi Milton Santos (1996, p. 116): “A totalidade é a realidade em sua integridade. [...] A totalidade é o conjunto de todas as coisas e de todos os homens, em sua realidade, isto é, em suas relações, em seu movimento.”

E em específico ao campo de estudo da Geografia, esta dupla concepção da totalidade e particularidades fenomênicas do mundo serão amplamente explorados em suas diferentes modulações escalares, que propiciaram justamente os vários recortes analíticos possíveis presentes no cânone teórico e metodológico dos estudos geográficos, e no que tange à Geografia Urbana, este campo relacional entre o todo e parte (o urbano e a cidade) se configurará sempre como um dos mais profícuos campos de estudos da ciência geográfica. Henri Lefebvre (2008) explorará este aspecto do fenômeno da urbanidade, que um só tempo se aglutina e atomiza, num constante e ininterrupto movimento intangível de ser absolutizado por quaisquer técnicas analíticas:

O espaço arquitetônico e urbanístico, enquanto espaço, tem essa dupla característica: desarticulado e até estilhaçado sob a coerência fictícia do olhar, espaço de coações e de normas disseminadas. Ele tem esse caráter paradoxal que se tenta definir aqui: junto e separado. É desta maneira que ele é concomitantemente dominado (pela

técnica) e não-apropriado (para e pelo uso). Ele é imediato e mediato, ou seja, pertence a uma certa ordem próxima, a ordem da vizinhança, e a uma ordem distante, a sociedade, o Estado. A ordem próxima e a distante só têm uma coerência aparente que de modo algum impede e desarticulação. (LEFEBVRE, 2008, p. 53).

Já para Georg Simmel esta situação da urbanidade se torna até certo ponto esquizofrênica pela apropriação da lógica da vida na cidade pelo “ter” do discurso capitalista, ao menos nas grandes cidades, negativando os sujeitos que vivem neste movimento do urbano “Enquanto o sujeito tem de concertar inteiramente consigo esta forma de existência, a sua autoconservação frente à grande cidade exige-lhe um comportamento não menos negativo de natureza social.” (SIMMEL, 2009, p. 10), no limite do distanciamento pela negação da vida urbana chega-se ao choque ou a indiferença (estado *blasé*), a cidade coisificada e a urbanidade deturpada por uma lógica das formas inócuas de sentido, apenas flexibilizando o consumo.

E assim já temos uma primeira separação de definição entre a cidade o urbano, pois enquanto a cidade é o recorte da parte em relação ao todo, o urbano ou urbanidade é justamente o processo de evolução das cidades, ou seja, é o movimento do fenômeno que dará origem a diferentes especificidades escalares (fatos) ao longo da história (CLARK, 1985).

Assim, Lewis Mumford chama de *técnicas de aglomeração* o processo histórico de desenvolvimento dos núcleos urbanos e o autor associa tal processo ao próprio movimento temporal e espacial de evolução da indústria/manufaturas, a partir do renascimento urbano europeu no século XVI, (que culminaria na já amplamente discutida Revolução Industrial inglesa e seu novo padrão de sociabilidade nos limites do urbanoⁱⁱ, na lógica da produção em série e em larga escala), a urbanização é então um movimento, um fenômeno que se desenvolve pelo tempo e dilata no espaço, formando uma totalidade complexa e singularizada em particularidades, que serão as infundáveis cidades onde este fenômeno se materializa em formas, símbolos e ações.

Chegamos assim, portanto ao fato em complementariedade e oposição ao fenômeno, já que é no estabelecimento dos limites de um fato que exercemos um dos artifícios tão caro ao pensamento científico que é o recorte temático, casual e específico de uma particularidade dentro de uma totalidade, que, em sendo fenomênica se torna intangível, mas que repartida em aprofundamentos pontuais se torna *legível e entendível* em suas complexidades, mostrando assim a lógica de funcionamento do movimento fenomênico que compõe a sua essência interior ôntica. A ciência e também a filosofia efetuam assim o ofício conclamado por Kosik de vasculhar as entranhas dos fatos para chegar à sua essência, e assim na junção destas

infinitas partes vislumbrar a silhueta do fenômeno, do movimento que dá a totalidade o seu movimento dialético ininterrupto:

A realidade dos fatos se opõe à faticidade dos fatos não porque seja uma realidade de outra ordem e, portanto, neste sentido, uma realidade independente dos fatos, mas porque é a relação interior, a dinâmica e o contraste dos fatos. [...] Se o processo do todo possui uma realidade superior aos fatos e já não constitui a realidade e regularidade de cada um dos fatos, ele se torna qualquer coisa independente dos fatos, e por conseguinte, leva uma existência de ordem diversa daquela dos fatos. O todo é separado das partes e existe independentemente delas. (KOSIK, 1976, p. 47 – grifo do autor).

Esta noção do fato enquanto recorte foi utilizado na sociologia, mas em seu âmbito já de aplicação analítica o fato *social* é entendido enquanto recorte de uma particularidade analítica da totalidade da sociedade, ou seja, uma repartição do todo fenomênico para assim poder estabelecer parâmetros especiais de estudo. Desta forma é que podemos trazer ao debate um posicionamento clássico de Émile Durkheim (1972) em relação a definição do fato social neste contexto:

É fato social toda maneira de agir, fixa ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior; ou, ainda, que é geral ao conjunto de uma sociedade dada e, ao mesmo tempo, possui existência própria, independente das manifestações individuais que possa ter. (DURKHEIM, 1972, p. 11).

Agora, trazendo esta definição fática para a Geografia teremos então o fato *geográfico*, e isto significa dizer que projetamos em nosso recorte a ligação discursiva, teórica e metodológica, da premissa dimensional do espaço por meio da expressão na linearidade lógica do caráter *extensio* dos conceitos-chave caros ao ecrã epistemológico da ciência geográfica (que dará a cada um deles sua espacialidade inerente), facilmente detectável nos casos do lugar, região, território e paisagem. Este entendimento do fato geográfico por sua natureza extensa no dizer Carlos Santos (1986, p. 7) nos apresenta um contundente argumento ao nosso debate: “A partir do conceito de extenso vislumbramos um princípio básico para a Geografia, no sentido de que é em função desse princípio que o fato geográfico surge.”

De mesma opinião do geógrafo Carlos Santos será a de Maria Laura da Silveira (2006) em um brilhante artigo onde correlaciona o caráter espacial do ser humano com a própria natureza epistêmica dos estudos geográficos. Esta correlação fará com que a autora faça um diálogo entre autores como Sartre e Heidegger, procurando por um fio condutor entre a existência e a espacialidade. Em outras palavras Silveira nos apresenta o seguinte argumento:

Estar no mundo não é apenas um problema de distância, de limites, de razão ou de resultados. A pergunta pela existência que parece bastante teórica ou abstrata não o é, porque diz respeito ao que há de mais básico na vida de cada um de nós e na vida de uma sociedade. E isso nos conduz, de forma mais concreta, ao espaço. Talvez a extensão e a distância sejam um esforço de abstração maior. (SILVEIRA, 2006, p. 87).

Maria Laura de Silveira também reforçará o coro heideggeriano do *Dasein* quando entoa o conceito de “situação” na perspectiva geográfica. Neste sentido a autora nos remete a um termo (situação) em que se sintetizam o recorte fático e objetivo (o fato) e a mobilidade do processo histórico e dialético (o fenômeno), mas que só podem ser passíveis de entendimento dentro da intencionalidade humana que os fundamenta, daí é que temos um fundo etimológico na palavra que denota tal significância: o sítio (a extensão) e a ação (a intenção), o espaço não estático e geometrizado, mas sim, em movimento contínuo de forças desiguais nas quais e pelas quais a existência pulsa na conjunção inexorável entre tempo-espacial do ser do homem.

Alinhando então estas definições do fato social e do fato geográfico, chegamos então ao segundo passo de nossa introdução epistemológica anunciada anteriormente. Isto significa dizer que podemos agora enquadrar o conceito de cidade nos termos aqui explorado da delimitação teórica dos recortes fáticos no interior da totalidade fenomênica. A cidade então em contraponto e complementariedade ao urbano ou urbanidade será o recorte, neste caso espacial, da totalidade do processo citadino histórico e geográfico.ⁱⁱⁱ A cidade acaba por se tornar a própria expressão espacial, simbólica e material da complexidade existencial humana individual e coletivamente, em todas as suas facetas^{iv}.

A vida citadina comporá um dos campos mais ricos de direcionamento do escopo analítico da Geografia, pois ela é um fato, uma unidade de análise da totalidade fenomênica da urbanização, tendo o movimento inerente a este fenômeno (total) dentro deste fato (particular e singular): “Para o geógrafo, a cidade é uma unidade de análise consistindo em um conjunto de edifícios, atividades e população conjuntamente reunidos no espaço.” (CLARK, 1985, p. 37).

A geógrafa Sandra Lencioni irá por fim nos dar uma amarra lógica e epistemológica a todos os argumentos aqui apresentados, ou seja, a cidade enquanto fato/objeto e o urbano (urbanidade, urbanização) sendo o fenômeno/movimento se coadunam numa relação inerente e inquebrantável a ambos, e principalmente, impreterível ao olhar geográfico à totalidade em que se inserem o espaço e a sociedade:

Tanto a cidade, como objeto, como o urbano, como fenômeno, se situam no âmbito das reflexões sobre o espaço e a sociedade, pois são produtos dessa relação; mais precisamente, são produzidos por relações sociais determinadas historicamente. (LENCIONI, 2008, p. 114).

Temos então, a partir do que foi exposto até agora, um panorama conceitual que nos permite avançar na discussão projetada no caput deste trabalho, que é a relação entre o fenômeno da patrimonialização juntamente com o a natureza fática do patrimônio em sua relação heterotópica com a sociedade, estabelecida em parâmetros seletivos do uso e vivência de determinadas porções do espaço, onde o objeto e fenômeno se distanciam de forma fragmentária dos indivíduos (ou a maior parte deles à margem da eleição do uso e contemplação de tais espaços), em prol da cristalização monumental das formas pretéritas ou futuristas que compõem tais alocações patrimoniais ao redor do mundo.

A permanência do pensamento utópico

O planejamento e a busca incessante por referências patrimoniais fará com que haja o renascimento urbano do pensamento utópico. Em outras palavras será notória a emulação destas *irrealidades objetivas* (ECO, 1984) ou *realidade bissextas*, por meio de sua elevação de condição de patrimônio, que lhes darão um grau sobressalente perante o entorno das formas que os rodeia. A cidade será então de maneira unânime o local onde esta *utopização* patrimonial irá ser voltar:

Não obstante, o próprio utopismo da forma espacial presta um desserviço à espacialidade, dado que trata tipicamente o espaço como um continente da ação social e costuma confinar o utopismo à escala da cidade (logo, não por acaso que a ligação mais explícita entre a ação social e o pensamento utópico ocorra na escala urbana. (HARVEY, 2005, p. 257).

Quando nos voltamos para algumas referências históricas das diferentes utopias é recorrente o aparecimento do urbano enquanto epicentro destas teorizações, como é o caso da cidade de *Atlântida* de Platão, *A Cidade do Sol* de Campanella ou até mesmo *Babel* – esta última aprofundada no apêndice do presente ensaio – presente no antigo testamento da Bíblia^v. E o que haverá de comum nestas cidades oníricas com os atuais sítios urbanos

elevados a condição e patrimônio é a presença de um elemento urbano pujante em sua essência simbólica: o monumento.

A monumentalidade se expressará de diferentes maneiras, funções e contextos. Por isto é possível que haja monumentos religiosos do século XVIII, edifícios inteligentes dos herdeiros da arquitetura pós-moderna ou então figurações antrópicas ou animais que remetam a alguma referência cultural coletiva.

Em todos esses casos o monumento possui um nexo comum para sua condição de existência, que é a preservação do simbólico por meio de uma concretude fôrmica particular:

Por monumento, no sentido mais antigo e verdadeiramente original do termo, entende-se uma obra criada pela mão do homem e edificada dentro do fim preciso de conservar sempre presente e vivo na consciência das gerações futuras a lembrança de tal ação ou tal vida (ou as combinações de uma e de outra). (RIEGEL, 1984, p.35. Apud. RODRIGUES, 2001, p. 4).

E também o monumento não só é explorado pelo atual discurso mundial da patrimonialização, mas faz parte da própria história da sociedade humana na busca por referências materiais para sua marca no tempo e no espaço através destas formas monumentais:

A palavra latina **monumentum** remete para a raiz indo-europeia **men**, que exprime uma das funções essenciais do espírito (**mens**), a memória (**memini**). O verbo **monere** significa ‘fazer recordar’, donde ‘avisar’, ‘iluminar’, ‘instruir’. O **monumentum** é um sinal do passado. Atendendo as suas origens filológicas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, por exemplo, os actos escritos. Quando Cícero fala dos **monumenta hujus ordinis** [...], designa os actos comemorativos, quer dizer; os decretos do senado. Mas desde a Antiguidade romana o **monumentum** tende a especializar-se em dois sentidos: 1) uma obra comemorativa de arquitetura ou de escultura: arco de triunfo, coluna, troféu, pórtico, etc.; 2) um monumento funerário destinado a perpetuar a recordação de uma pessoa no domínio em que a memória é particularmente valorizada: a morte (LE GOFF, 1985: 95; grifos do autor).

Os monumentos serão, portanto literalmente fagocitados pelo discurso da patrimonialização (a fenomenicidade), mas, projetados verticalmente em recortes urbanos específicos, os patrimônios (a facticidade). Ao monumento se juntará também o seu apelo artístico, incrustado nas suas formas, como estratégia objetiva de estabelecimento ou fortalecimento de uma referência simbólica. Esse processo da construção e presença de monumentos na sociedade humana e sua relação com arte é histórica, geográfica e inegável:

Os edifícios acompanham a humanidade desde sua pré-história. [...] A necessidade humana de morar é permanente. A arquitetura jamais deixou de existir. Sua história é mais longa que a de qualquer outra arte, e é importante ter presente a sua influência em qualquer tentativa de compreender a relação entre as massas e a obra de arte. (BENJAMIN 1985, p. 193).

O que ocorrerá de diferenciação nos dias atuais em relação a este papel das formas monumentais – históricas e artísticas – é a sua apropriação ideológica, seletiva e monopolista na contemporaneidade (COSTA, 2011), gerando assim um cenário de instauração de verdadeiros redutos locais, ligados a uma lógica global onde se sublima tais monumentalidades em prol de um consumo ufanista, fragmentário e desarticulador da totalidade urbana da qual faz parte.

O geógrafo David Harvey (2004) acrescenta que não só as heterotopias se fecham em si mesmas enquanto espaço de exceção, mas também, as antigas expressões de ideias utópicas acabavam por limitar-se normalmente em uma descrição da melhor distribuição das desiguais distribuições da sociedade dentro das realidades nas quais foram elaboradas, muitas vezes não alcançando uma nova proposta de sociabilidade urbana por exemplo.

Por esta razão a cidade enquanto fato geográfico será então absorvida por este discurso da patrimonialização de uma maneira muito particular, onde os redutos de circunscrição da chancela de patrimônio urbano serão tomados como recortes utópicos, mas que na verdade representam um ufanismo heterotópico, pois, estes espaços onde a ideia de patrimônio é colocada verticalmente nos dizeres de David Harvey (2004) como um utopismo fechado da cidade, ou então a heterotopia entoada por Michel Foucault:

Há inicialmente, as utopias. As utopias são os posicionamentos sem lugar real. São posicionamentos que mantêm com o espaço real da sociedade uma relação geral de analogia direta ou inversa. É a própria sociedade aperfeiçoada ou é o inverso da sociedade, mas, de qualquer forma, essas utopias são espaços que fundamentalmente são essencialmente irreais. [...] no interior da cultura estão ao mesmo tempo representados, contestados e invertidos, espécies de lugares que estão fora de todos os lugares, embora eles sejam efetivamente localizáveis. Estes lugares, por serem absolutamente diferentes de todos os posicionamentos que eles refletem e dos quais eles falam, eu os chamarei, em oposição às utopias, de heterotopias. (FOUCAULT, 2006, p. 415).

As heterotopias são então um dos tipos de utopia, e estas últimas em sendo um lugar inexistente, um tipo de *realidade bissexta* (teoricamente não seriam possível de serem transformadas em concretude), mas no caso do discurso da patrimonialização isto irá se

materializar na busca pelas formas do pretérito e na busca por referências do futuro ainda por vir.

Em outras palavras, as heterotopias se configuram enquanto espaços de exceção não apenas porque excluem. Esta significação se dá pelo fato de nestes espaços haver uma *singularidade* simbólica, ligada ao seu entorno e ao mesmo desconexo deste último. Assim é que haverá diferentes tipos de heterotopias em nosso cotidiano, as temporais (museus), ilusórios (espelho, parques temáticos), comportamentais (cadeias, hospícios), etc. Diferente das utopias que em si não existem a heterotopias se espalham em diferentes ambiente e maneiras, com particularidades diversas em cada uma destas situações.

Mas, o enquadramento dos patrimônios na denominação heterotópica se dá pelo fato, e aqui dialogamos diretamente com Foucault – estes patrimônios, monumentos ou recortes de ufanismo urbanístico se estabeleceram não como um espaço de sociabilidade, acabarão por se tornar *espaços de exceção* de uso seletivo e de escolha de protagonismo de geração de renda por meio da exploração destes espaços de maneira mercadológica e também seletivamente, pois o seu acesso e uso serão delimitados seguindo as regras dos órgãos responsáveis por sua condição patrimonial, excetuando a sociedade e os indivíduos que partilham da mesma localização de tais patrimônios monumentais.

Para Humberto Eco estas heterotopias cotidianas serão objeto de rico estudo, elencando alguns destes espaços como os parques temáticos, os museus de replicantes antropomórficos, as políticas de subjetivação estatais e mercadológicas, etc^{vi}, para o autor esta valorização da exceção simbólica e seletiva pode ser chamada de irrealidade objetiva, tanto na direção das formas pretéritas como nas futuristas, que são nada mais que uma inversão deturpada do utopismo, já que diferente da ideia original renascentista o cânone do discurso heterotópico desta irrealidade objetiva será a aparência e não a essência, o isolamento e não a associação, uma sombra contemplativa – pseudoconcreta nas palavras de Karel Kosik – da realidade *real*:

Construir um modelo um por um do gabinete da Casa Branca (utilizando os mesmos materiais, as mesmas cores, mas tudo obviamente mais laqueado, mais berrante subtraído à deterioração) significa que, para que a informação histórica passe, ela deve assumir o aspecto de uma reencarnação. Para falar de coisas que se pretende conotar como verdadeiras, essas coisas devem parecer verdadeiras. O “todo verdadeiro” identifica-se com o “todo falso”. A irrealidade absoluta se oferece como presença real. No gabinete reconstruído, a ambição é fornecer um “signo” que se faça esquecer enquanto tal: o signo aspira a ser a coisa, e a abolir a diferença do remeter, a mecânica da substituição. Não a imagem da coisa mas seu decalque, ou melhor, seu duplo. (ECO, 1984, p. 13).

Vejam agora então de que maneira estas três características do patrimônio, o caráter monumental, o saudosismo/futurismo e o heterotopismo podem ser observados hoje em dia nas diferentes expressões patrimoniais existentes ao redor do mundo. Para tanto será necessário um pequeno percurso sobre o conceito institucional do patrimônio e sua relação com a questão do monumento urbano, e a partir disto com exemplos nacionais e internacionais poderemos dar concretude empírica aos argumentos até aqui expostos e desenvolvidos com a bibliografia selecionada.

O patrimônio planejado, ou a concreção da irrealidade objetiva entre o pretérito e o porvir

Após esta exposição sobre os conceitos de cidade e urbano e da relação da patrimonialização e dos objetos patrimoniais com a tradição das teorias utópicas, chegamos então no direcionamento específico da temática do presente artigo, que é a questão do processo de patrimonialização nos dias atuais, e também, as principais complexidades que envolvem tal processo, como já exposto na introdução deste trabalho. Portanto, vejamos uma primeira definição da própria ideia de patrimônio de acordo com o posicionamento oficial e institucional adotado nos discurso do fenômeno da patrimonialização global:

Entende-se por “patrimônio cultural imaterial” as práticas, representações, expressões, conhecimentos e aptidões – bem como os instrumentos, objetos, artefatos e espaços culturais que lhes estão associados – que as comunidades, os grupos e, sendo o caso, os indivíduos reconheçam como fazendo parte integrante do seu patrimônio cultural. Esse patrimônio cultural imaterial, transmitido de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função do seu meio, da sua interação com a natureza e da sua história, incutindo-lhes um sentimento de identidade e de continuidade, contribuindo, desse modo, para a promoção do respeito pela diversidade cultural e pela criatividade humana. Para os efeitos da presente Convenção, tomar-se-á em consideração apenas o patrimônio cultural imaterial que seja compatível com os instrumentos internacionais existentes em matéria de direitos do homem, bem como com as exigências de respeito mútuo entre comunidades, grupos e indivíduos e de desenvolvimento sustentável. (UNESCO, 2003, p. 2).

Esta conceituação nos ajuda a compreender a importância da materialidade na própria concepção dominante atualmente do patrimônio em seu formato monumental e urbano, que é o mais utilizado por órgãos e instituições que lidam diariamente com a nomeação destas localizações como patrimônio. A busca por estes monumentos/patrimônios encaixar-se-á

neste discurso de um aparato simbólico coletivo para referência populacional de certos aspectos culturais projetados (ou não) nas formas do monumento: “[...] a arquitetura (e o urbanismo foram) o protótipo de uma obra de arte cuja recepção se dá coletivamente.” (BENJAMIN 1985, p.193).

No entanto, se na conceituação da UNESCO o foco se dá na tangente imaterial, pelo IPHAN (2008) há a preocupação com a questão material e concreta da ideia em torno da definição patrimonial. Seguindo a diretrizes da A convenção sobre proteção do patrimônio mundial, cultural e natural, de 1972, é possível elencar alguns pontos de relevo a respeito da definição. De imediato cabe a primeira diferenciação, ou seja, a que prevê a materialidade do patrimônio orientada em dois planos: o cultural e o natural.

O patrimônio natural: seria aquele formado por zonas, áreas ou formações de origem natural, sem interferência antrópica até o momento de sua definição como monumentalidade patrimonial. Sua excepcionalidade se dá pela valoração e reconhecimento dos seus atributos como inigualáveis à outra espacialidade e temporalidade no mundo, elevando-a de uma localização ordinária para condição de patrimônio. Exemplos: um conjunto de falésias ou desfiladeiros; regiões de baixa demografia e grande preservação ambiental, dentre outros.

O patrimônio cultural: neste caso entra em cena a interferência humana direta na condição patrimonial. A excepcionalidade desta classificação parte do princípio de que uma construção, um arranjo espaço-temporal ou elemento ligado, mesmo que residualmente, pela intencionalidade e trabalho humanos. Exemplos: um conjunto arquitetônico (pretérito ou contemporâneo), escrituras arqueológicas, lugares de notoriedade histórica para a sociedade humana, etc.

Por fim, há a miscigenação entre estas definições, chamada pelo documento do IPHAN, replicando as diretrizes da convenção internacional, de patrimônio misto, àquele ao qual tanto a cultura quanto a natureza compõe os elementos de sua excepcionalidade paisagística. Neste ponto, por exemplo, cidades inteiras, em conjunto com alguma região periférica natural, podem ser alocadas em tal delimitação conceitual.

E, juntamente com esta associação do patrimônio com a materialidade do arquitetônico haverá como substrato sustentador de tal lógica a questão da valoração e valorização (no segundo caso com a presença da monetização artística de fato) destas formas, já que o seu

resgate, restauração e construção – no caso dos monumentos simbólicos futuristas – estarão quase em sua totalidade atrelados num fenômeno global que se diversifica localmente na busca por exclusividades espaciais que permitam sua singularização enquanto mercadoria, permitindo o seu consumo enquanto espetáculo heterotópico fragmentário, por meio do planejamento técnico e estratégico para a seleção da localização destes sítios patrimoniais.

Vejamos por exemplo de que maneira um dos principais órgãos mundiais, a UNESCO, conceitua sobre a relação da imaterialidade presente na materialidade destas formas objetivas do monumentalismo patrimonializado com a chancela cultural: “‘Patrimônio Cultural’ designa um monumento, conjunto de edifícios ou sítio de valor histórico, estético, arqueológico, científico, etnológico e antropológico.” (UNESCO, 2013b, p. 2). E numa busca ainda maior pela especificação destes patrimônios temos a sua discriminação de particularidades, e sempre tendo como base a imensurabilidade de sua denominada valoração simbólica (monetária?):

1. Monumentos: Obras arquitectónicas, Trabalhos de escultura e Pintura monumentais, Elementos ou Estruturas de Natureza Arqueológica, Inscrições, habitações rupestres e combinações de Estilos, Que Sejam de valor universal INCALCULÁVEL do Ponto de vista histórico, Artístico e Científico;
2. Conjuntos de Edifícios: Grupos de Edifícios, Separados ou contíguos, Que devido à SUA arquitectura, homogeneidade e situação na Paisagem Sejam de hum valor universal INCALCULÁVEL do Ponto de vista histórico, Artístico ou Científico;
3. Sítios: obras efectuadas pela mão do Homem ou obras combinadas do Homem e da Natureza e zonas, incluindo sítios arqueológicos, que sejam de valor universal incalculável do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico. (UNESCO, 2013, p. 2).

Este posicionamento oficial, institucional e jurídico está presente inclusive em nossa Constituição Federal, Seção II Da Cultura, quando se aborda sobre o patrimônio. Isto se dá pelo fato de nesta força de expansão do fenômeno da patrimonialização os países terem de eleger o seu ecrã patrimonial material e imaterial, cultural e natural, para assim fomentarem o andar canônico do referencial pátrio da nação. Com maior ênfase a esta discussão podemos observar o Art. 216 da Constituição, que segue abaixo:

- Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:
- I - as formas de expressão;
 - II - os modos de criar, fazer e viver;
 - III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 2002, p. 37).

No entanto o que observamos é uma aliança entre o Estado e os interesses financeiros neste movimento, pois os recortes fáticos (cidades, e ambiente intra-citadinos) escolhidos para receber as ações verticais de tal movimento terão uma concorrência escalar que vai do âmbito mundial ao âmbito local, na contemplação parcelar de determinadas áreas urbanas que são contempladas por estes projetos de patrimonialização.

Segundo Mattos (1983) o papel destas formas será o de fetichizar a memória das ruínas do passado com uma nova roupagem contemporânea em uma readequação do seu significado para superar o seu caráter arcaico, já que para o seu consumo enquanto patrimônio o discurso da exclusividade é amplamente explorado. Adicionamos então dentro deste movimento ao passado, também o direcionamento da flecha intencional da produção de patrimônios para formas surrealistas e futuristas. Ambas temporalidades, e, por consequência, espacialidades monumentais obtêm uma importância simbólica ímpar, pois, possuem o poder pelas sua imponência material de angariar referenciais sócio-culturais, mesmo que distantes ou sem conexão alguma com os indivíduos e a sociedade que os rodeiam.

O recorte patrimonial, efetuado na cidade pelas formas monumentais representantes desta apelação imagética é na verdade uma expressão de um empreendimento global, uma verdadeira *frenesi estética*, em busca do feérico e do onírico, no passado e no futuro – mercadologicamente ou estatalmente – e nos dois casos heterotopicamente. Na apropriação do fulgor artístico enquanto poderio de valorização destas formas do passado e do futuro, em sua concreção no presente, excetua-se o movimento social que daria vida a estas formas, ficando apenas o consumo seletivo da coisa pela coisa, o ter pelo ter, uma publicização desta estética da (i)realidade objetiva mais pujante nos monumentos, cidades históricas, prédios inteligentes, parques temáticos, enfim em todos os objetos que compõem esta massa fórmica do esteticismo contemporâneo, mas em uma de suas vertentes urbanas:

Diz-se que o grande empreendimento do Ocidente é a mercantilização do mundo, de tudo entregar ao destino da mercadoria. Parece, porém, que foi a estetização do mundo, sua encenação cosmopolita, sua transformação em imagens, sua organização semiológica. Estamos assistindo, além de ao materialismo mercantil, a uma semiurgia das coisas através da publicidade, da mídia, das imagens. Até o mais marginal, o mais banal, o mais obscuro estetiza-se, culturaliza-se, “musealiza-se”. Tudo é dito, tudo se exprime, tudo toma força ou modo de signo. O sistema funciona não tanto

pela mais valia da mercadoria mas pela mais-valia estética do signo. (BAUDRILLARD, p. 2000, p. 23).

O processo de patrimonialização se volta então a uma supervalorização deste patrimônio enquanto espetáculo arquitetônico, que, em estando dentro da lógica capitalista de uma combinação seleta dos objetos técnicos que farão parte deste rol patrimonial acaba por se tornar mais uma das tantas facetas de inclusão exclusiva e também da fragmentação social por meio desta instauração de um recorte urbano pertencente a esta categoria patrimonial:

A origem do espetáculo é a perda da unidade do mundo, e a expansão gigantesca do espetáculo moderno exprime a totalidade desta perda: a abstração de todo o trabalho particular e a abstração geral da produção do conjunto traduzem-se perfeitamente no espetáculo, cujo modo de ser concreto é justamente a abstração. No espetáculo, uma parte do mundo representa-se perante o mundo, e é-lhe superior. O espetáculo não é mais do que a linguagem comum desta separação. O que une os espectadores não é mais do que uma relação irreversível no próprio centro que mantém o seu isolamento. O espetáculo reúne o separado, mas o reúne enquanto separado. (DEBORD, 1997, p. 23).

Espetacularizar e publicizar o fundo artístico do monumento enquanto tirante basilar do discurso e ações da patrimonialização toma formas intensivas e particulares do que Karel Kosik (1976) chamará de *apropriação do trabalho criativo* pela lógica de mercado, ou então da deturpação dos semióforos (CHAUÍ, 2006) pela presença de algum aspecto imagético, material ou imaterial nesta referência simbólica passível de exploração pelo consumo. E não só a criação é posta de lado ou apropriada ideologicamente, mas extensão e a duração, a existência, nestes lugares é marginalizada ou direcionada a uma lista de indicações procedimentais de circulação, uso e consumo destes espaços, tornando-se estéreis, (i)reais, utopias concretizadas, para um fim de exceção espacial determinado (heterotopia).

Ao projetar-se no futuro e no passado as centralidades históricas e agrupamentos da materialidade futurista, os objetos eleitos como patrimônio – dentro da lógica estatal ou comercial – o que acaba por acontecer é o abandono do tempo presente, do movimento contínuo e dialético da sociedade, em prol da sobreposição da mesma pela cristalização contemplativa e consumista do distanciamento significativo da criação humana (KOSIK, 1976), pois nestes objetos apropriados pela patrimonialização a totalidade espaço-temporal se fecha em si, sem a necessidade, ao menos àqueles escolhidos para o seu trânsito e vivência, da presença do indivíduo no seu interior, impedindo uma apoderação destes espaço-tempos

apartados da totalidade tridimensional da realidade objetiva, onde o tempo do *presente* o espaço como *lugar* se esvaem na inocuidade das formas monumentais. Por isto:

Para além da oposição, pouco pertinente, entre o urbanista e o arquiteto, a opção decisiva é a de “fazer mundo”, de criar espaçamentos que permitam aos indivíduos se manter no tempo e no espaço. “Fazer mundo” levando em consideração as dobras do espaço e do tempo e inscrevendo-as num contexto que corresponde a um local físico. (MONGIN, 2008, p. 256).

Por isso, a inclusão ao espetáculo da patrimonialização global muitas vezes significa a exclusão do cotidiano da vida local. A relação dialética destas duas faces de um mesmo processo é que dará a fenomenicidade urbana, absorvida por este discurso, diversos aspectos fáticos nas entranhas da cidade que comporão uma teia caleidoscópica de contradições e enfiamentos entre estas ordens espaço-temporais, verticais e horizontais.

Assim é que teremos a um só tempo a alvura dos monumentos brasilienses juntamente com a precariedade da vida urbana do grosso da população vivente no Distrito Federal, ou então, nas reflexivas torres inteligentes dos xeiques árabes que em nada possuem de similaridade à extrema pobreza em que vivem as famílias das regiões periféricas destas mesmas cidades onde o recorte da urbanidade patrimonial normalmente estabelece o seu colosso contemplativo.

Do mesmo modo o centro histórico imponente da cidade de Ouro Preto se abstém da condição do risco habitacional no qual vive a maior parte das pessoas do município, ao passo que a população local dos templos de Kahajuraho sequer possui o livre trânsito por entre as redondezas dos monumentos dogmatizados pelas cartilhas internacionais do discurso patrimonial. Ufana-se e congela-se o passado, devaneia-se e concretiza-se o futuro, mas à margem destes tempos está o presente da totalidade espaço-temporal da sociedade no movimento do cotidiano, aquém desta contemplação fórmica das simbologias imagéticas do patrimônio.

A patrimonialização do tempo lento em vida pela resistência das formas e o mesmo processo patrimonialista em sua vertente voltada à aceleração do tempo por meio de objetos espaciais de concepção surrealista ou futurista, exemplos nacionais (1):

Figura 1: Vista Panorâmica de Ouro Preto/MG – Brasil



Fonte: <http://www.ouropreto.org.br/>

Figura 2: Congresso e Senado Federal/Brasília - Brasil



Fonte: <http://www.brasil.gov.br/brasil/#/hom>

A patrimonialização do tempo lento em vida pela resistência das formas e o mesmo processo patrimonialista em sua vertente voltada à aceleração do tempo por meio de objetos espaciais de concepção surrealista ou futurista, exemplos internacionais (2):

Figura 3: Conjunto de Templos Kahajuraho/Deli -



Índia

Fonte: <http://whc.unesco.org/en/list>

Figura 4: Vista Conceitual do “Capital Gate” em Abu Dhabi, prédio concluído em 2010

Recebido em 14/04/2014 / Aprovado para publicação em 26/08/2015.

OBSERVATORIUM: Revista Eletrônica de Geografia, v.7, n.18, p. 67-93, set. 2015.



Fonte: <http://visitabudhabi.ae/en/multimedia/imagegallery.aspx>

O patrimônio é, portanto, a sacralização de um objeto, de um ser ou de um acontecimento, por meio de um processo de sublimação advinda de um consentimento, na maior das vezes coletivo; dilata-se o tempo para a ordem do eterno e expande-se o espaço numa condição de infinitude. Deste modo, a seleção do que adentra este tempo e espaço sacralizado é tão mais rígida quanto maior for a força da tradição pela sua escala de alcance, no imperativo do rito estabelecido social e historicamente ou a permanência da patente contemplativa diante de um nome, um lugar ou de um acontecimento.

A dilatação do tempo na produção dos espaços patrimonializados e, em especial, no que tange às cidades, diz respeito à prática de se buscar no longínquo ou no futurístico um motivo suficientemente forte para que a justificativa da exceção daquela cidade em uma especialidade contemplativa se torne plausível, haja vista os exemplos citados anteriormente, no caso das cidades históricas da região central brasileira e das cidades planejadas como Brasília e Abu Dhabi.

Já o espaço de exceção para a constituição do patrimônio associa-se normalmente há aspectos previamente existentes como, por exemplo, fauna, flora, configuração fluvial, relevo, etc., ou então por uma especificidade de localização associada à valorização simbólica, política ou comercial. Associando a crítica a este aspecto mercadológico e comercial da

patrimonialização. A filósofa Marilena Chauí nos apresenta um rico diálogo a partir do seu conceito de semióforos (referência simbólica concreta ou abstrata) dentro deste contexto interpretativo:

[...] a idéia que as cidades enquanto tais são museus num sentido novo: reservam-se edifícios e logradouros, parques e rios, lagos e bosques aos quais se atribui a qualidade de semióforos, de maneira a garantir, de um lado, que todo o restante possa ser devastado pela especulação imobiliária e, de outro, que a preservação cultural e ambiental produza ‘retorno positivo de imagem’ aos governantes, além de isenções fiscais para empresas privadas que se dispõem à ‘preservação’. Em outras palavras, o patrimônio cultural e ambiental, que era fonte de poder para o Estado-Nação, torna-se simplesmente uma questão econômica e política de marketing [...] sob a lógica do mercado, a mercadoria “cultura” torna-se algo perfeitamente mensurável. A medida é dada pelo número de espectadores e de vendas, isto é, o valor decorre da capacidade para agradar. Essa mensuração tem ainda outro sentido: indica que a cultura é tomada em seu ponto final momento em que as obras são expostas como espetáculo, deixando na sombra o essencial, isto é, o processo de criação. (CHAUÍ, 2006, p. 135-136).

O patrimônio urbano, a cidade-patrimônio seria a projeção objetiva da união do espaço e tempo sacralizado, formando assim a totalidade do templo na existência de uma determinada cidade, para adoração, contemplação, peregrinação, enfim, sendo esta circunscrição urbana alçada a um plano de natureza concreta acima do que seria a secção ordinária do urbano do mundo que a rodeia nas palavras de Marilena Chauí esta secção sublimada simbolicamente pode ser chamada de semióforos.

Ao fazermos uma síntese do que foi tratado neste tópico com a entrada epistemológica e terminológica do início deste trabalho teremos uma transposição de entendimento sobre o fato e o fenômeno (fenomenicidade) da cidade e da urbanização (urbanidade) para o patrimônio e a patrimonialização, ou seja, no primeiro caso há o recorte fático de uma porção da totalidade da realidade objetiva, enquanto que na segunda acepção se entende o processo, o movimento dialético presente no total e em todas as partes da singularização desta totalidade.

E neste sentido a partir do momento que a lógica e o discurso da patrimonialização global capitalizado pelos órgãos públicos e privados que o gerem se insere dentro da realidade cidadina, o percurso da relação entre cidade e patrimônio e a patrimonialização e urbanização fica tanto claro quanto passível de uma rica e profunda análise deste discurso desde lugares mais populosos e economicamente ativos ao mais remotos e inóspitos do planeta, que de forma seletiva e fragmentária prima pela contemplação das formas arquitetônicas no bojo de uma sociedade igualmente desigual e cada vez mais distante do sentimento de pertencimento

e participação da vida urbana, ficando à margem não só utopicamente mas no limite até mesmo heterotopicamente são simplesmente deixados como exceção para o bem da sacralização, valoração e consumo dos monumentos por eles mesmos.

Sendo e estando, entre o fato e o fenômeno da patrimonialização

O fenômeno da patrimonialização está inserido dentro da totalidade do próprio movimento fenomênico da urbanização, e as particularidades deste processo se dará na configuração das diferentes cidades existentes ao redor do globo. O que se coloca então enquanto prioridade para uma nova proposta não só dentro da lógica da patrimonialização, mas para a vida na cidade como um todo é busca por uma alteridade cidadina, superando as heterotopias e a fragmentação do espaço urbano típico da conformação capitalista da produção desta espacialidade na atualidade. Seguindo tais premissas conseguiremos conforme nos lembra David Harvey (2004) partir da dialética do isso *ou* aquilo, para a dialético do isso *e* aquilo, indo da repartição para a comutação, em uma nova sociabilidade urbana a-heterotópica.

Segundo Olgária Matos (1983, p. 47 – grifo meu): “o que está em jogo é a liquidação do indivíduo autônomo, sua dissolução, sua desindividualização na multidão da metrópole.” Este argumento pode se tornar recorrente em outros círculos, como foi o caso da exposição “*Sujeito Estilhaçado*” do arquiteto e ilustrador João Teófilo (2012) que brilhantemente em tons pastéis e de cinza expôs esta condição de não-ser do indivíduo na sociedade contemporânea, a partir do momento que sua temporalidade e espacialidade se desmancham com a inocuidade de suas referências simbólicas emulada pelas selvas de simulacros do cotidiano

Por fim, o que podemos ter como uma via de afirmação para a saída frente esta fragmentação e desarticulação do viver entre os objetos fáticos e a totalidade fenomênica é a reconquista da tridimensionalidade temporal (KOSIK, 1976) e também a reconquista do movimento do espaço, na articulação imanente a ambos. A patrimonialização e os patrimônios ao negar este movimento anula o potencial criativo não só da arte e do simbólico, mas da própria vida: “Então o que vem a ser o essencial? Aquilo que é o dimensional de todas as artes: o ritmo no sentido verdadeiro, não a cadência. O ritmo é imanente à existência nascedoura.” (GAUDIN, 2003, p. 16. Apud. MONGIN, 2008, p. 256).

Visualizar esta reconquista e apoderamento mesmo que nebulosa como realidade é algo passível de uma expressão de luta e resistência, pois em sendo minoria ao processo dominante será tão mais difícil se fortalecer enquanto contrariedade a este cenário quanto mais demorado for a consciência de sua força como núcleo da criação e significação do mundo.

Notas

ⁱ Este trabalho recebeu contribuições importantes no âmbito da Disciplina *Cidades e Patrimonialização Global*, ministrada pelo prof. Dr. Everaldo Batista da Costa no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade de Brasília (UnB), no 1º semestre de 2013.

ⁱⁱ “Os novos elementos do complexo urbano foram a fábrica, a estrada de ferro e o cortiço. [...] A fábrica passou a ser o núcleo do novo organismo urbano. Todos os detalhes da vida ficaram subordinados à ela” (MUMFORD, 1998, p. 496).

ⁱⁱⁱ “[...] a cidade não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas, nas antenas dos para-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras.” (CALVINO, 1990, p. 15).

^{iv} “As cidades, como os sonhos, são construídas por desejos e medos, ainda que o fio condutor de seu discurso seja secreto, que as suas regras sejam absurdas, as suas perspectivas enganosas, e que todas as coisas escondam uma outra coisa.[...] As cidades também acreditam ser obra da mente ou do acaso, mas nem um nem outro. De uma cidade, não aproveitamos as suas sete ou setenta e sete maravilhas, mas a resposta que dá às nossas perguntas.”(CALVINO, 1990, p. 44).

^v “As utopias são os posicionamentos sem lugar real. São posicionamentos que mantêm com o espaço real da sociedade uma relação geral de analogia direta ou inversa. É a própria sociedade aperfeiçoada ou é o inverso da sociedade, mas, de qualquer forma, essas utopias são espaços que fundamentalmente são essencialmente irrealis.” (FOUCAULT, 2006 p. 415).

^{vi} A conceituação de Humberto Eco está muito próxima da noção de *simulacro* e das *simulações* das quais tratam Jean Baudrillard (1991), que por sua vez pode dialogar com a pseudoconcreticidade de Karel Kosik (1976) em seu formato nas expressões artísticas exploradas pelo discurso do modo de produção capitalista, especialmente em sua vertente estética contemporânea.

Referências

BAUDRILLARD, Jean. **Simulacros e Simulação**. Trad. Maria João da Costa Pereira. Lisboa: Relógio d' Água, 1991.

_____. **A transparência do mal**. São Paulo: Papyrus, 2000.

BELLINI, Maria Ysabel Barros. **Da contemplação à busca da desconstrução**. In: **Fenômeno: uma teia complexa de relações**. [Org.] Julieta Beatriz Ramos Desaulniers. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000. (p. 123-135).

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas**. Trad. Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BOURDIEU, Pierre. **A Miséria do Mundo**. 3ª Ed. Trad. Mateus S. Soares Azevedo. Petrópolis/RJ: Vozes, 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988**. Brasília: Senado Federal, , 2002.

CANCLINI, Néstor García. **A globalização imaginada**. Trad. Sérgio Molina. São Paulo: Iluminuras, 2003.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. Trad. Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHAUÍ, Marilena. **Cidadania cultural: O direito à cultura**. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2006.

CLARK, David. **Introdução à geografia urbana**. 2. ed. Trad. Lúcia Helena de Oliveira Gerardi e Silvana Maria Pintaudi. São Paulo: Difel, 1985.

COSTA Everaldo Batista. **Totalidade urbana e totalidade-mundo: as cidades coloniais barrocas face à patrimonialização global**. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo: São Paulo, 2011.

COSTA, Everaldo Batista. **A Concretude e as Cidades-Patrimônio-Mercadoria: uma abordagem geográfica**. Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2010.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo/Comentários sobre a sociedade do espetáculo**. Trad. Estela S. Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto. Rio de Janeiro, 1997.

DURKHEIM, E. **O que é fato social?** In: **As Regras do Método Sociológico**. 6ª Ed. Trad. Maria Isaura P. de Queiroz. São Paulo, Cia Editora Nacional, 1972.

ECO, Humberto. **Viagem na Irrealidade Cotidiana**. Trad. Aurora F. Bernardini & Homero. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1984.

FOULCAULT, Michel. **Outros Espaços**. In: **Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema**. 2ª. [Org.] Manoel Barros da Motta. São Paulo: Forentese Universitária, 2006.

HARVEY, David. **Espaços de Esperança**. Trad. Adail Ubirajara Sobral & Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

IPHAN. **Patrimônio mundial : fundamentos para seu reconhecimento – A convenção sobre proteção do patrimônio mundial, cultural e natural, de 1972: para saber o essencial**. Brasília, DF: Iphan, 2008.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. 3ª Ed. Trad. Célia Neves e Alderico Toríbio. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1976.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e Política**. Trad. Margarida Maria de Andrade & Sérgio Martins. Belo Horizonte/MG: Editora UFMG, 2008.

LE GOFF, Jacques. **Documento/Monumento**. Enciclopedia Einaudi, Porto: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, v. 1, 1985.

LENCIONI, Sandra. Observações sobre o conceito de cidade e urbano. In: **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, Nº 24, pp. 109 - 123, 2008

MATTOS, Olgária. A cidade e o tempo: algumas reflexões sobre a função social das lembranças. In: **Revista Espaço e Debate**, n.7, p.11-16,1983.

MONGIN, O. **A condição urbana: a cidade na era da globalização**. Trad. Letícia Martins de Andrade. São Paulo: Estação Liberdade, 2008.

MUMFORD, Lewis. **A Cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas**. 4ª ed. Trad. Neil R. da Siva. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

RODRIGUES, C. M. Cidade Monumentalidade e Poder. In: **GEOgraphia**, Vol. 3, No 6, Rio de Janeiro, 2001.

SANTOS, Carlos. **O fato geográfico**. In: Anuário do Instituto de Geociências – UFRJ. Rio de Janeiro, 1986.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

SILVEIRA, Maria Laura. O espaço geográfico: da perspectiva geométrica à perspectiva existencial. In: **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, Nº 19, pp. 81 - 91, 2006.

SIMMEL, Georg. **As grandes cidades e a vida do espírito**. Trad. Artur Mourão. Covilhã/Portugal: Universidade da Beira Interior, 2009.

TEÓFILO, J. **Sujeito Estilhaçado**. Exposição na Biblioteca Nacional de 5 a 22 de fevereiro de 2012. Brasília, 2012.

UNESCO. **Convenção para a salvaguarda do património cultural imaterial**. Paris, 17 Outubro, 2003.

UNESCO(b). **Património Mundial, Cultural e Natural da UNESCO**. Disponível em: < <http://www.icm.gov.mo/exhibition/tc/nhintroP.asp> >. Acesso em 18.07.2013.

APÊNDICE: A torre de Babel como alegoria heterotópica

Figura 5: Tower of Babel and the Confusion of Tongues by Lambert Dolphin



Fonte: <http://www.ldolphin.org/>

Gênesis (11: 1-9): “1 Ora, toda a terra tinha uma só língua e um só idioma.; 2 E deslocando-se os homens para o oriente, acharam um vale na terra de Sinar; e ali habitaram; 3 Disseram uns aos outros: Eia pois, façamos tijolos, e queimemo-los bem. Os tijolos lhes serviram de pedras e o betume de argamassa. 4 Disseram mais: Eia, edifiquemos para nós uma cidade e uma torre cujo cume toque no céu, e façamo-nos um nome, para que não sejamos espalhados sobre a face de toda a terra. 5 Então desceu o Senhor para ver a cidade e a torre que os filhos dos homens edificavam; 6 e disse: Eis que o povo é um e todos têm uma só língua; e isto é o que começam a fazer; agora não haverá restrição para tudo o que eles intentarem fazer; 7 Eia, desçamos, e confundamos ali a sua linguagem, para que não entenda um a língua do outro; 8 Assim o Senhor os espalhou dali sobre a face de toda a terra; e cessaram de edificar a cidade; 9 Por isso se chamou o seu nome Babel, porquanto ali confundiu o Senhor a linguagem de toda a terra, e dali o Senhor os espalhou sobre a face de toda a terra.”

A ideação de um mundo perfeito sempre habitou o imaginário das sociedades humanas em diferentes eras e lugares. Em uma das mais célebres expressões desta pulsão pelo utopismo espaço-temporal há a cidade fictícia de Babel, presente no texto bíblico e amplamente discutida por historiadores, cientistas sociais e teólogos, por sua potência de significância feérica e talvez real. No entanto, o nascedouro da cidade nos remete a uma utopia limitada, pois em sua essência coexistiam signos, sistemas, e ordenamentos que representavam o ranço das ideologias da nossa sociedade, e principalmente no caldo da vaidade de sua realização se tornou uma estória de ensinamento moral, cujos elementos podemos correlacionar com a temática deste trabalho, apresentados em cinco pontos

concomitantes. 1) Babel é a mais clara mensagem presente no mito da cidade perfeita, mas, a totalidade de uma vivência numa determinada localidade se tornará possível apenas se a comunicação entre as pessoas de tal ambiente se realizar, e desta premissa surge a unicidade linguística como fundamento primeiro para o encadeamento dos demais elementos que compõem a mística da cidade, em sua opulência, contradições e perduração mítica; 2) A busca pelos céus está imbricada na própria materialidade das descrições da cidade, ora, isto é uma herança das tantas canções e epopeias dos povos gregos, pois em direção ao alto estaria a morada dos deuses, e assim, se confirmava uma das principais expressões da vaidade humana na existência desta cidade perfeita, que era sua equalização ao próprio Olimpo e a sublimação dos seus habitantes à condição de deuses, mas não pela essência divina mas pela infinitude da intencionalidade técnica na concreção deste reduto quando esta cidade “toca” os céus como sinal desta ambição; 3) A cidade realiza-se enquanto monumento *per si* pois emana ao mesmo tempo a arte, a memória, a técnica e uma dinâmica histórica e espacial inerentes à sua existência. E mais do que estas características Babel possui uma essência do poder que dela emana em suas formas, curvas e imponentia, deste poderio haverá os ídolos (como na estátua do canto esquerdo) e também da própria grandiosidade incomparável a tudo que circunda; 4) A forma espiralada presente na maior parte das representações da cidade de Babel (e nesta imagem fica claro este formato na extensão basilar e nos degraus) nos traz uma denotação imagética de significação tanto da vaidade pela perfeição como também da dinâmica infinita da construção, destruição e reconstrução onto-ontológica da totalidade do mundo, pois, caso fosse circular esta concreção do sublime se findaria, mas, novamente a escolha pela caráter espiralar nos remonta à conhecida sequencia de Fibonacci, um dos mais peculiares signos do infinito contínuo, num eterno refazer-se, jamais encontrando o seu limite; 5) Assim como outros monumentos espalhados pela superfície do globo – pirâmides, castelos e templos de adoração – a menos que haja uma real concretização de uma igualdade entre os habitantes da cidade (o que não se vê neste caso pela imagem) o caminho que será trilhado para a concreção desta irrealidade objetiva heterotópica será a exploração do homem pelo homem, do labor de muitos para o desfrute de poucos, prática fácil de ser detectada na consagração patrimonial da contemporaneidade, aproveitando-se obviamente a particularidade relacional do contexto religioso da construção deste mito hetero(tópico).